

M A T A R A M A P O B R E Z A

Condições de vida de famílias de trabalhadores rurais expropriadas pela Companhia Vale do Rio Doce e assentadas no "Morro Pelado", em São Luís, Maranhão.

Maristela Andrade

Célia Maria Corrêa

"Esse pessoal viveu ali uma vida muito maravilhosa, mas botaram aquele pessoal prá aquela terra morta. Ali não se planta nada. Ali não dá nada. A terra é toda revirada, é terra piçarra, quando chove é uma lama danisca. Entonce, esses home mataram a pobreza, mataram a pobreza." (Excêrto de depoimento de um dos expropriados pela Cia Vale do Rio Doce e assentado no Morro Pelado). (Grifo das autoras)

"Então, nós procuramos arranjar, aqui nessa beira de estrada, linha de ferro, aqui pro lado de Nova Vida, ou mais adiante, uns lugar prá nós trabalhar (...) todos preferindo de ir para a mata trabalhar, prá ter fatura prá e para o Estado". (Excêrto de depoimento de um dos entrevistados, expropriado pela Cia Vale do Rio Doce e residente no Morro Pelado).

(Grifo das autoras)

SUMARIO

I - INTRODUÇÃO	03
II - ORIGEM DAS FAMILIAS	05
III- ATIVIDADES PRODUTIVAS ANTERIORES À EXPROPRIAÇÃO ..	05
IV - AS CONSEQUENCIAS IMEDIATAS DA EXPROPRIAÇÃO	08
V - O ASSENTAMENTO NO MORRO PELADO	10
A construção das casas em mutirão.....	11
VI - AS ATUAIS CONDIÇÕES DE VIDA DOS MORADORES DO MORRO PELADO	12
A impossibilidade de plantar e de pescar, o desem- prego e a fome	12
A falta d'água	14
O transporte precário	15
A falta de um mercado	15
A falta de assistência médica	16
VII--O PROJETO DE SAIDA PARA A MATA EM BUSCA DE TERRA PARA CULTIVAR.....	17
VIII- CONSIDERAÇÕES FINAIS	22

I - INTRODUÇÃO

X O chamado 'Morro Pelado', como o próprio nome indica, é uma área alta e descampada, escolhida pela Cia Vale do Rio Doce para assentar cerca de setecentas famílias expropriadas das imediações do Porto de Itaquí e do terminal ferroviário de Carajás, em São Luís do Maranhão.

O Morro Pelado, chamado posteriormente pelos trabalhadores ali assentados de "Alto da Esperança", dista aproximadamente 15 km do centro do "Anjo da Guarda", grande bairro de periferia da cidade de São Luís (vide relatório anterior).

As cento e vinte famílias que aí residem atualmente, tiveram suas condições básicas de sobrevivência vitalmente atingidas após a expropriação levada a efeito pela AMZA-CIA VALE DO RIO DOCE. Este artigo trata das condições de vida atuais dessas famílias de trabalhadores e de sua tentativa, pode-se dizer, desesperada, de fugir da fome, situação a que foram levados sob pretexto de construção de uma obra de "utilidade pública".

Em primeiro lugar, porém, convém esclarecer que o contato das pesquisadoras com a população estudada deu-se através da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos que, na ocasião, realizava reuniões com os moradores para discussão de assuntos de interesse dos meses. Através da intermediação dessa entidade, as pesquisadoras travaram contato com o presidente e outros integrantes da União de Moradores e, a partir de então, passaram a visitar o local, de duas a três vezes por semana. Posteriormente, nos meses de junho, julho e agosto de 1985, Célia Maria Corrêa visitou-os sistematicamente e procedeu à coleta de informações. Nestas ocasiões, passava o dia, ou parte dele, com as famílias, a quem visitava de casa em casa e com quem mantinha conversas informais e entrevistas dirigidas, sendo que a maior parte destas foi gravada.

Cumprе destacar, porém, que não se realizou um censo, tendo-se travado contato com pequeno número de famílias (cerca de quinze) em relação ao número de moradores. Assim se procedeu de modo a realizar um contato em profundidade com as mesmas e por se acreditar que a situação das demais não diferia fundamentalmente das que foram entrevistadas. Esta crença baseava-se no conhecimento anterior dos bairros e povoados atingidos pela ação expropriatória e da composição de sua população (vide relatório anterior).

Neste artigo pretende-se, inicialmente, dar algumas indicações acerca da origem destas famílias e das atividades produtivas anteriores à desapropriação. Como se poderá constatar, os trabalhadores atingidos pela expropriação compunham uma camada de pequenos produtores independentes que, através da pesca ou da agricultura, não só produziam o necessário para sua sobrevivência - arroz, feijão, farinha, frutas - além da pesca e da manutenção de uma pequena criação (galinhas, porcos), como também abasteciam o mercado local.

A seguir, mais uma vez, se abordam aspectos relativos ao processo de expropriação e de indenização das benfeitorias (vide relatório anterior). A frequente alusão, nos depoimentos, aos sítios e à fartura que representavam deixa entrever o quanto famílias foram duramente atingidas em suas condições materiais de existência. Mais uma vez fica claro que, ainda que as benfeitorias tivessem sido corretamente avaliadas, nada poderia repor suas antigas condições de vida.

Em seguida, procura-se descrever, sempre a partir dos depoimentos, as atuais condições de vida dessas famílias. Neste aspecto, destaca-se a questão de seu isolamento e marginalização, impedidas de produzir para sua sobrevivência, isoladas da cidade, sem água, sem assistência médica.

Neste tópico ainda, focaliza-se o esforço dos membros de cada unidade familiar para se automanter, já que os chefes de família foram reduzidos à condição de desempregados ou de biscateiros.

Ainda nesta parte do trabalho, constata-se que, surpreendentemente, algumas famílias ainda lutam para manter-se enquanto unidades de produção camponesa, alugando terra para cultivar em outros pontos da Ilha de São Luís. Outras, percorrem grandes distâncias, à pé, para manter-se como pescadores.

Finalmente, aborda-se a questão do projeto de saída para a Pré-Amazônia Maranhense, em busca de terras livres para cultivar. Nascido na cabeça grisalha de um trabalhador de setenta e sete anos, o projeto de buscar terras para cultivar à beira da nova ferrovia ganhou rapidamente cerca de sessenta adeptos, todos chefes de família expropriados pela Cia Vale do Rio Doce.

Na época da pesquisa, este grupo tentava junto àquela Cia, passagens de trem para conhecer o local onde idealizavam promover seu próprio assentamento.

Oriundos da Baixada Maranhense, sem nenhuma experiência anterior em áreas de fronteira agrícola, onde a luta pela terra tem fei

to considerável número de mortos (vide relatório sobre o tema, em a nexos), imaginam um projeto de saída para a floresta que mais parece constituir-se numa resposta à fome e ao desespero. É o que se tenta rá mostrar no decorrer deste trabalho.

II- ORIGEM DAS FAMILIAS

A ação expropriatória promovida pela Cia Vale do Rio Doce re- caiu sobre os povoados Santo Antonio, Mapaúra, Boqueirão (praia), I rinema, Itaqui, Retorno do Itaqui, Conceição, Gapara, Piancó, Mocó, entre outros, e sobre inúmeros sítios em localidades próximas a estes. Todos estes lugares, juntamente com aqueles desapropriados pela ALCOA, constituíam o chamado "cinturão verde" da Ilha de São Lu- ís, abastecendo a cidade e os bairros de periferia de verduras, fa- rinha, peixe, crustáceos, frutas, pequenos animais e outros produ- tos.

As famílias de pescadores e de pequenos agricultores aí resi- dentes eram oriundas, em sua maior parte, da Baixada ou do Litoral Maranhense, municípios de Viana, São Vicente de Férrer, Cururupu, , Guimarães, Pinheiro, Alcântara, Cajari, entre outros. Algumas de- las, são originárias do Vale do Itapecuru, uma região de latifúndi- os tradicionais, em que se destaca o alto preço do aluguel da terra obrigando os camponeses a migrar para o oeste do Estado, ou para as grandes cidades.

III- ATIVIDADES PRODUTIVAS ANTERIORES À EXPROPRIAÇÃO

Sempre que se referem às atividades produtivas anteriores, à de- sapropriação, os entrevistados fazem questão de enfatizar sua anti- ga condição de trabalhadores independentes. O fato de "nunca terem sido empregados", ou seja, de nunca terem conhecido a subordinação a outros grupos sociais, é sempre ressaltada, como se pode perceber pelo trecho de depoimento transcrito a seguir.

"Sempre sim senhora, sempre trabalhei de la-
voura. Nunca fui empregado. Fui, trabalhei nu
ma firma uns tres meses, mas eu não gostei do
serviço não. Não me dei bem não senhora. Nun-
ca fui empregado na vida" (Grifos das autoras)

No mesmo sentido, uma entrevistada, esposa de um dos trabalha-
dores explica que o marido jamais quiz se empregar:

P - E lá vocês faziam roça?

"Fazia roça. Roça de milho, feijão, arroz, man-
dioca. Tudo isso nós tinha quando nós tivemos
lá" (referindo-se ao sítio mantido antes da in-
denização).

P - E aqui ele não conseguiu assim um emprego?

"Não, porque ele nunca quiz se empregar mesmo"

(Grifo das autoras)

Mesmo aqueles que passaram a exercer outras atividades, como
a de pedreiro, resistem em manter-se enquanto empregados permanen-
tes:

P - O senhor é pedreiro também, né? Nunca
trabalhou em firma, de carteira assinada?

"Não, nunca fui empregado, de carteira, não,

Eu já tenho trabalhado muito em firma, mas
assim serviço prestado (...) eu não gosto ,
não... eu gosto de trabalhar é prá mim mes-
mo".

(Grifo das autoras)

Esta insistência em manter-se na qualidade de trabalhadores in-
dependentes é inteligível quando se recorda a tradição de pequenos
produtores diretos, que sempre caracterizou estas famílias. Obser-
vem-se a este respeito as palavras do mesmo entrevistado, citado li-
nhas atrás:

"Passei dez anos lá, trabalhando com pedrei-
ra, com roça, com bananal (...) comprei um
sitiozinho lá, pequenininho, aí fui ampliando
ele. Quando saí de lá, que eu fui indeniza-

zado, já tinha uma faixa de setenta mangueira, quarenta e tantas árvores de espinho (cítricas), caju tinha uma quantidade grande. Tinha brejo no fundo, tinha buriti, tinha jussara e bastante banana".

Note-se que, além das plantas cultivadas, a maioria desses sítios possuía um conjunto de plantas nativas (babaçu, buriti, jussara, bacaba), componentes importantes da dieta desses trabalhadores e responsáveis pelo fornecimento de talos e palha para o cercamento de quintais e cobertura de casas. Por todos esses motivos, a situação anterior é descrita pelos trabalhadores como de liberdade e independência:

"Senhora, lá no Irinema nós vivia liberto, mesmo porque nós podia plantar, vivia mais liberto. (Grifo das autoras)

As mulheres também se referem à condição anterior à desapropriação como uma situação de liberdade, em que o seu trabalho complementava o do marido. A esposa de um pescador assim se refere a este respeito:

"Ah, lá no Boqueirão, senhora, era uma beleza, senhora, porque lá eu tinha como trabalhar. Ia pro mato, eu tirava coco, era pau, era pindoba, era talo que eu tirava. Esse aí (o marido) não se incomodava com nada de quintal, isso tudo quem cuidava era eu. Fazia meus plantio tudinho, enchia meu quintal (...) era mais planta de espinho (cítricas) (...) plantando, criando minhas galinha, lá em casa fazia gosto. Quando as veis nós tava fracassado, queria uma fração, comprar uma canoa, que ele se alagou (naufragou) duas vezes, aí eu botava, vendia as galinha todinha, só deixava a semente, e aí nós comprava a canoa prá ele". (Grifo das autoras)

Neste depoimento ressalta-se a possibilidade que tinham essas famílias de, em situação de necessidade, ou mesmo de perda de instrumentos de trabalho do marido (no caso dos pescadores), a venda do produto do trabalho da mulher permitir a reconstituição das condições de trabalho anteriores.

A importância do trabalho da mulher, consubstanciado na possibilidade de manter um quintal e assim de suprir as necessidades imediatas de alimentação da família é ressaltada em diversos depoimentos.

IV- AS CONSEQUENCIAS IMEDIATAS DA EXPROPRIAÇÃO

As referências às antigas condições materiais de existência e, portanto, às benfeitorias, são frequentes em todos os depoimentos:

"O meu sítio era um sítio muito graúdo, muito graúdo. Tinha muita cana, tinha coera, tinha piquizeiro, banana, manga, caju. Um poço muito bom. Macaxeira era uma beleza. Era um conforto prá detrás de minha casa, muito matinho onde a gente podia botar as roça pequena. E a gente tava vivendo desentrapalhado, mas depois que esses home chegaro nessa área, acabou tudinho. Nós tudo hoje tamos acabado por causa dessa firma". (Grifo das autoras)

Os trabalhadores insistem também em apontar o valor irrisório atribuído às benfeitorias, aspecto este já abordado em relatório anterior. A este respeito, observem-se as palavras do mesmo entrevistado:

"O meu bananal, rapaz, o Dr. Israel tava lá em casa sentado mais esse doutor Horácio (asores jurídicos da AMZA-VALE DO RIO DOCE, à época da indenização), debaixo do pé de lima Botei um banco comprido, um bancão, debaixo do pé de lima, trouxe duas facas, eles só

tirando lima e chupando. Depois, levei eles lá no bananal, eles olharam dentro do bananal, o bananal tava novo, recente, primeiro corte que eu ia fazer nessa época. Eles olharam, acharam bacana mesmo (...) todo no vinho o bananal, chapadinho de banana que só... eles acharam bacana mesmo nessa época mas aí na época da indenização, me deram uma fortuna doida: dez mil e quinhentos cruzeiros no bananal". (Grifo das autoras)

"Eu tinha dez moita de banana dentro de um pedacinho de terra. Tinha seis cajueiro, tinha dez laranjeira, não tinha limão, mas tinha lima, mas tinha cinco tanjarineira, a senhora tá gravando? Tinha um poço muito bom, que dava água prá muita gente e tudo isso foi dado prá eles por nada (...) Dr. Horácio, quando ele veio me dizer que dava vinte e cinco mil cruzeiros, eu disse assim 'doutor, eu vou lhe dizer uma coisa com certeza: se o senhor me procurasse assim, você quer duzentos milhão ou aficar ali', eu dizia: 'garde seus duzentos milhão, me deixa lá, porque lá eu tenho com que passar'. No final, me deram trinta e dois mil cruzeiros..."

Outro trabalhador, pescador, assim se manifesta sobre o mesmo tema:

"Só de fruta ali era lima, era laranja, era limão, tinha bastante. Tinha dois pé de jaca, tres pé de coco e caju... só a lima, tinha nove pé botador. Tudo já botando, que eu saí de lá com pena, porque ficou tudo encaroçadinho, carga tava rachando o galho".

E a esposa complementa:

"Até laranja da terra eu tinha, chega ficou assim, fazia cortar o coração".

Mais importante porém que o valor irrisório atribuído às benfeitorias, frutos de anos e anos de trabalho, aspecto já analisado em relatório anterior, é o impedimento do acesso ao mar e à terra e a perda irreparável na qualidade da alimentação dessas famílias. Obrigadas a adquirir no comércio o que antes produziam, como se verá no decorrer deste trabalho, os trabalhadores se vêem na situação de carência total de alimentos.

V - O ASSENTAMENTO NO MORRO PELADO

A distribuição dos lotes prometidos pela Cia Vale do Rio Doce só ocorreu tres anos após as indenizações. Nesse ínterim, o baixo valor atribuído às benfeitorias dos trabalhadores já havia sido investido na sobrevivência, o que impediu muitas famílias de construir suas casas, obrigando-as a pagar aluguel até os dias de hoje.

Um dos que recebeu indenização menos irrisória e que conseguiu livrar-se do aluguel, assim se manifesta a este respeito:

"Aí vim pro Anjo da Guarda. Comprei um terrenozinho, fiz uma casinha, esperando esse terreno aqui. Porque eles disseram que iam dar esse terreno, que muitos colega nosso por sinal não compraram. Ficaram em casa alugada, que justamente são esse pessoal que não puderam fazer casa aqui. Eles ficaram prá receber o terreno e vir construir. Aí, gastaram o dinheiro, porque passou tres anos prá gente receber esses terreno"

(Grfos da autora)

Além dos que não se mudaram para o chamado "Morro Pelado" por falta de condições, existem também os que se recusaram ir para lá, alegando, principalmente, como motivo dessa recusa, a falta d'água.

"Dona, não fiz a casa do Alto porque não acho jeito ali..., eu não sei morar em lugar que não tem água". (Grifo das autoras)

Apesar de, até o momento em que se realizava a pesquisa, a Cia Vale do Rio Doce não ter providenciado a titulação dos lotes, muitos já haviam sido vendidos por aqueles que se recusaram a residir ali.

Os que não tiveram outra alternativa e, ao mesmo tempo, tiveram condições de construir no "Morro Pelado", e mais os que adquiriram os lotes de terceiros, perfazem hoje uma população de 120 famílias.

A construção das casas em mutirão

Os trabalhadores entrevistados passaram então a construir nos lotes de 10X25 m, oferecidos pela Cia Vale do Rio Doce para complementar a péssima indenização paga às famílias. Para tanto, se reuniram em mutirão, após conseguir parte do material necessário junto à própria Cia Vale do Rio Doce e à instituições beneficentes e oficiais. Os tijolos foram fabricados pelos próprios trabalhadores em olaria construída por eles para esse fim. Um dos trabalhadores, pe-dreiro, já citado anteriormente, descreve a experiência:

"Muitos não tem condição de fazer mesmo, que fazer uma casa, nem que seja de taipa, pequenina, mas depende de dinheiro. A gente fez essas na marra. Trabalhando dois anos sem parar, só fechava aos domingos. Quantas vezes nós trabalhamos com fome aqui? Trabalhamos foi muitos dias aqui com fome, saía daqui doido de fome, chegava em casa, lá também não tinha nada. Voltava no dia seguinte só na coragem. De noite, eu tava lá em casa deitado, eu pensava assim: 'amanhã eu não vou mais trabalhar naquela casa, não'. Mas, no dia seguinte eu sentia que a necessidade era grande da gente terminar essas casa".

(Grifo das autoras)

Outro trabalhador explica como funcionou o mutirão para construção das casas:

"Nós trabalhava prá um e prá outro, mas prá nós não custava nada, prá os que não tinha ofício nenhum. Agora, o carpinteiro e o pedreiro era pago (...) trabalhando um dia prá um, um dia prá outro, dia prá um, dia prá outro, e o ordenado dele era cortado no meio"

Apesar de terem planejado construir cinquenta casas, só conseguiram erguer dezessete delas e, ainda assim, faltando o acabamento: reboco, piso, portas.

VI- AS ATUAIS CONDIÇÕES DE VIDA DOS MORADORES DO MORRO PELADO

A impossibilidade de plantar e de pescar, o desemprego e a fome

Poucos trabalhadores conseguiram manter-se enquanto pequenos agricultores, pagando para cultivar a terra em outros locais da Ilha de São Luís. A esposa de um deles explica como isto acontece:

P. - Ele não está trabalhando?

"Trabalha, um servicinho, porque não tem outro jeito, mas ele não é empregado".

P. - Ele trabalha de que?

"De lavoura, meu bem, na Vila Maranhão. Já fica pros matos. Ele compra aqueles pedacinho de mato e faz a rocinha. Planta a macacheira, a mandioca, o arroizinho".

E o marido complementa:

"Depois que eu fui desapropriado, me passei prá lá, sim senhora. E toda a minha valença se não fosse essa roça eu já tinha ido m'em bora gritando". (Grifo das autoras)

A grande maioria dos expropriados, no entanto, não pode mais plantar, já que a terra, no "Morro Pelado" não se presta à agricultura e nem haveria espaço para isso.

"Aqui não dá prá plantar nada. Além de não dar prá plantar, não tem condição mesmo, porque o terreno é só pedra. É só pedra. O que a gente vai plantar em cima de pedra?"

(Grifo das autoras)

Deste modo, os chefes de família foram reduzidos ao desemprego:

"Vivo aqui desempregado, sem ter jeito nenhum de ganhar o sustento da casa, porque aqui a gente não tem prá onde correr. Se amanhecer o dia e ele não tiver nada, ele passa o dia sem nada mesmo, porque aqui não tem jeito, não, não tem serviço prá ninguém (...). Amanheceu o dia sem nada, e se ele não sair pro Anjo da Guarda, prá cidade, prá tentar conseguir por lá, aqui ele não consegue não..."

(Grifo das autoras)

No Anjo da Guarda ou na cidade, os chefes de família tentam conseguir biscates como braçais ou como ajudantes na construção civil. De qualquer modo, a fome é referida constantemente em diversos depoimentos, como nesse de uma das entrevistadas:

"Então eu digo que essa nossa vida aqui nesse Morro é uma vida apêrreada. Da gente ter dia de fazer o pelo sinal, sem a gente saber o que é que vai comer, tá vendo? Dinheiro não existe. E não é só nós. E essas pobre mulher, com essas família que tem aí? Coitadas, é de fazer cortar o coração. Vê anoitecer e amanhecer fazendo pelo sinal".

(grifo das autoras)

Alguns pescadores residentes no Morro Pelado tentaram continuar pescando na praia do Boqueirão, seu local de origem, mas têm tido constantes problemas com a Cia Vale do Rio Doce, em função da construção de um barracão para se abrigarem da chuva.

As mulheres também ficaram impossibilitadas de trabalhar e, deste modo, de ajudar a complementar a renda familiar:

"Aqui não tem um pau, não tem um lugar prá gente fazer um buraquinho prá ver se consegue plantar, comer ao menos uma verdura(...). O galinheiro que eu fiz prá botar galinha tá tudo estiorado. Também não ajeitei por - que onde eu vou tirar pindoba? Tem que ficar assim mesmo".

Algumas famílias têm os filhos mais velhos no "Jari", ou seja, trabalhando como peões em projetos madeireiros ou agropecuários na Amazônia. Outras, têm os filhos trabalhando como mecânicos, professores primários, na construção civil.

Deste modo, são duras as condições de existência a que foram submetidas essas famílias, agravadas pelo isolamento, pela total carência de infra estrutura no que se refere à assistência médica, abastecimento de água, comércio, transportes, como se verá a seguir.

A falta d'água

Uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos moradores do "Morro Pelado" é a falta d'água, já que o chafariz construído pela Cia Vale do Rio Doce apresenta constantes problemas. Além disso, segundo depoimento dos trabalhadores, a água deste poço é salobra, não se prestando nem ao cozimento de alimentos.

"Tem um chafariz, mas a água não presta, é salobra. Eu nem cozinho com ela".

P - E dá sempre?

"Dá sempre, agora é porque não deu água. Eles endireitaram, mas diz que faltou não sei lá o quê, ainda não voltou. Mas eles vêm botar no carro".

Os próprios trabalhadores construíram um poço, mas localizado a uns cinquenta metros abaixo do nível das casas, onde se chega a - através de uma descida muito íngreme. Uma das entrevistadas descreve as dificuldades para apanhar água nesse local:

"Inté que eu tenho me dado bem graças a Deus não vivo doente... quer dizer... vivo doente porque caí. Depois que eu cheguei, a gente vai pegar água muito embaixo. É alto como quê. Aí eu caí, quase morro".

O transporte precário

O "Morro Pelado" localiza-se a aproximadamente 15 km do centro do Anjo da Guarda e os ônibus só passam de hora em hora, até às vinte horas.

"Transporte por enquanto é péssimo. É o pior possível"

P - É até que horas? É a noite inteira?

"Não, é até oito hora, é o último transporte. Quem perder o ônibus das oito horas, só vai no dia seguinte, ou à pé."

A falta de um mercado

Os moradores do "Morro Pelado", ou "Alto da Esperança", como preferem, dependem do comércio do bairro Anjo da Guarda, a 15 km. Deste modo, devem caminhar 30 km para fazer compras naquele bairro, já que a quantia a ser destinada ao pagamento do ônibus pode ser acrescentada ao valor disponível para adquirir os alimentos, como explica uma das entrevistadas:

"Todo dia, quando tem o dinheiro, a gente vai de carro (ônibus), quando não tem... eu vou de pés todo dia, eu quero é ter o dinheiro mode eu ir comprar o cumê".

"A senhora pode crer que nós vive aqui uma carestia danada. A gente arranja um tostão prá ver se compra um cumê prá gente comer a li no Anjo da Guarda, o dinheiro vai todo no carro".

Alguns trabalhadores apontam para a necessidade de ter uma feira no local. Nas palavras de uma das entrevistadas citada linhas atrás:

"Eu não sei, mas se por acauso fosse... o pessoal assim ajeitasse o lugar como eles disse que ajeitavam prá nós aqui, a AMZA, deixar tudo direitinho, talvez mais tarde a coisa melhorava. Botavam aí um mercadozinho, vendia uma verdura, vendia um peixe, outro o camarão, outro uma carne... talvez que o povo ia chegando mais, né, talvez que melhorasse mais... porque aí, esse dinheiro que a gente gasta prá ir pro Anjo da Guarda, já ficava aqui e a gente não dava viajo na grande prá cá".

A falta de assistência médica

Os moradores do "Morro Pelado" não contam com nenhum serviço de assistência médica, por mínimo que seja, e nem mesmo com a existência de uma farmácia.

"Farmácia? cortou o dedo aqui tem que correr na casa do vizinho. Se ele não tiver, o jeito é botar sal em cima (...) se adoecer de noite, aí tem que levar na rede como nos interiores. É vida de interior. É vida de interior porque se adoecer uma pessoa de noite, tem que levar na rede ou então ele morre. Aí a gente tem que escolher, né?"

VII- O PROJETO DE SAIDA PARA A MATA EM BUSCA DE TERRA PARA CULTIVAR

Diante das difícilimas condições de vida a que são submetidos, alguns trabalhadores passam a idealizar a mais difícil ainda trajetória de volta ao campo. Nas palavras do idealizador desse projeto, um velho trabalhador aposentado pelo FUNRURAL, chefe de uma família de 13 pessoas, dentre as quais sete crianças:

"Eu preciso trabalhar de qualquer maneira, trabalhar numa rocinha, que minha família é grande, e faz muita despesa de farinha no decorrer do dia. E é preciso eu caçar um jeito que eu não dou conta do recado. Preciso caçar um mato prá trabalhar que a roça facilita tudo, uma roça. E logo que nasce dá verdura, a melancia, o maxixe, o quiabo, depois é o arroz, depois é o milho verde e vai mantendo a família aí. mandioca tá no ponto de fazer a farinha e é uma fartura em casa". (Grifo das autoras)

Interessante notar que o projeto de buscar terras para cultivar à beira da ferrovia Carajás nasce na cabeça de um trabalhador idoso e que ganha rapidamente cerca de sessenta adeptos, todos referindo-se à carestia e à fome como motivos para tentar a aventura.

"Ninguém pode com a carestia, ninguém pode. Um pai de família que não caçar um desvio, vai pedir esmola, vai, vai, vai pedir esmola". (Grifo das autoras)

O mesmo trabalhador idoso, idealizador do projeto, prossegue em seu depoimento:

"Estou com muita fé de nós conseguir os transporte e de nós achar os terreno mais

ou menos próprio de nós trabalhar. E nós vai trabalhar que já tem cinconeta e tanta pessoa na relação (...)"

Este grupo de trabalhadores vinha tentando junto à Cia Vale do Rio Doce, à época da pesquisa, conseguir transporte para visitar a área pretendida, municípios de Santa Luzia e Bom Jardim. Imaginavam que também pudessem contar com o trem para escoar a produção de alimentos quando já estivessem instalados no interior da floresta.

O idealizador do projeto chega a pensar em detalhes como seria o assentamento a ser levado a cabo por eles, em que estão presentes o trabalho coletivo e a ajuda oficial.

"Então, nós procuramos arranjar, aqui nessa beira de estrada, linha de ferro, aqui pro lado de Nova Vida, ou mais adiante, uns lugar prá nós trabalhar, que já fomos um bocado de gente que tem aí na relação. Então, todos preferindo de ir para a mata trabalhar, prá nós ter fartura prá nós e para o Estado. (...) E afinal que o recurso prá nós é nós trabalhar na mata com os companheiro, trabalhar por meio de mutirão, um dia prá um, um dia prá outro (...) Agora, é preciso também por meio da repartição ou governo, arrumar um meio mais ou menos prá nós adjitorar lá na mata, porque somos pobre, não temos nada, não temos nada prá nós levar".

A necessidade de apoio oficial é citada em diversos depoimentos e fundamentada nas representações deste grupo de trabalhadores acerca do Estado e do que seja a Reforma Agrária.

"Com esse negócio dessa Reforma que vem aí que tá muito anunciado arranjar terra prá nós, lá vai ser uma cidade, uma situação muito boa. Não é pra fazer pouca coisa ,

não... é prá fazer muita coisa, que dê resul
tado prá nós e para o Universo".

(Grifo das autoras)

Outro trabalhador assim se refere ao esperado apoio oficial:

"Eu confio, porque acho que o INCRA não vai deixar de apadrinhar essa turma de gente que tá tentando se localizar".

A inexperiência desses trabalhadores no que se refere à ocupaçãõ espontânea da Pré Amazonia Maranhense, levada a efeito por camponeses nordestinos e maranhenses desde a década de 20, (vide relatório anterior), faz com que idealizem um assentamento a um só tempo espontâneo e oficialmente dirigido.

"E então, precisamos de uma ajuda da repartiçãõ, do governo, do presidente, que lá nós queremos fazer muita coisa. Depois que nós chegar na mata, queremos tirar o local prá fazer o patrimonio. Depois do patrimonio, tirar os lotes prá nós cultivar os trabalho. E queremos colocar muita coisa, queremos colocar farmácia, posto médico, e colocar comércio e colocar mercado e fazer muitas coisas, porque logo não é só nós que vamos prá lá. Ao redor, depois que nós tirar o local, tem muita gente querendo ir prá lá, portanto que que mais tarde lá vai ser assim uma espécie de cidadezinha".

Deste modo, o apoio, a permissão do Estado é pensada como condição fundamental para o assentamento. O que ressalta ainda, nesses depoimentos, além da confiança no Estado, é a certeza de estarem buscando não só uma solução para a difícil situação familiar, mas de poderem contribuir para abastecer todo o Maranhão.

A idéia de utilizarem a ferrovia como escoadouro de uma grande produção de alimentos para São Luís é recorrente em vários depoimentos. Neste sentido, estes trabalhadores se sentem capazes não só de

se autosustentar, como de contribuir de modo decisivo para o fortalecimento da economia regional.

A certeza de estarem engajados em um projeto que contém a solução para a fome, não só a própria como, para enfatizar suas palavras, a de todo o Universo, faz com que fatores como idade ou doenças sejam minimizados. Nas palavras de um dos entrevistados:

"E a gente vai fazer esta aventura. Prá Deus nada é impossível. Agora, já me acho de vinte e nove um bode, todo cheio de reumatismo grito demais, mas parece que lá adonde eu trabalhar, eu chego e acho saúde, porque eu gosto é de trabalhar".(Grifo das autoras)

A esposa do mesmo discorre sobre o mesmo assunto:

P - Não se sente mais com coragem?

"Não, porque já trabalhei muito".

P - Mas se conseguirem ir a senhora dá força?

"Eu dou porque ele quer e ele gosta do serviço"

P - Mesmo ele assim doente, depois dessas operações, a senhora acha que ele ainda dá conta do trabalho de lavoura?

"Dar ele dá. Agora, só que tá com o problema dessa dor que ele sente nas pernas, mas ele achando um remédio... vai conseguir trabalhar porque coragem ele tem".

(Grifo das autoras)

A falta de experiência de cultivar em áreas de floresta também é relevada pelos trabalhadores:

"...quer dizer, eu não sou acostumado a trabalhar em mata grande, né? Mas em mata como nós temos aqui, lá pelos interiores onde meu pai morava, eu estou acostumado a tra -

balhar. Agora, mata alta, tá certo que eu não conheço mesmo. Por sinal, nunca nem vi mata... grande mesmo, assim fechada. Mas, eu acho que quem faz na mata baixa faz na mata alta. (Grifo das autoras)

Deste modo, a firmeza de propósito no sentido de buscar terra para cultivar supera qualquer entusiasmo pela possibilidade de conseguir um emprego fixo na capital:

"Senhora, eu vou lhe falar com sinceridade, se nós conseguir esse terreno lá prá trabalhar e conseguir um emprego aqui, eu vou prá lá(...) prá trabalhar não tem carnaval triste não, a gente trabalha mesmo, inda mais sendo prá gente, que a gente trabalha com toda a vontade". (Grifo das autoras)

E o grupo prossegue nos planos de saída para a mata, delineando com clareza as várias etapas a cumprir no deslocamento da família:

"Se der certo, eu vou prá lá. Agora, vou roçar mais os companheiro, quando começar a dar os primeiros frutos, eu venho, levo a família, a mulher com os menino pequeno. Fica os quatro grande aqui, terminando de quebrar o galho aqui, mas quando nós terminar, que tiver no ponto de colheita, vai todo mundo prá lá." (Grifo das autoras)

Como se pode perceber, essas famílias estão jogando todas as suas esperanças nesse projeto de procura de terras para cultivar. e muito embora o INCRA e o ITERMA lhes tenham garantido que as terras que desejam são devolutas, sabe-se que encontrarão todo o tipo de dificuldades. Em primeiro lugar, não terão o apoio oficial que esperam, já que o Estado não tem dado conta de responder à demanda camponesa por terra e, ao mesmo tempo, de fazer frente à pressão dos grandes latifundiários.

Principalmente nessa região, a oeste do Maranhão, para onde os moradores pretendem se deslocar, o confronto entre camponeses e grileiros tem resultado num saldo sangrento. Foram 42 mortes em conflitos de terra no Estado do Maranhão, no ano de 1985, sendo que 13 delas registraram-se na região citada, municípios de Bom Jardim, Santa Luzia, Monção e Lago da Pedra.

No Município de Santa Luzia, onde se localiza o povoado Nova Vida, área de preferência para o deslocamento, entre 1982 e 1984 foram assassinados dois dirigentes sindicais.

Estes dados indicam o tipo de guerra que se trava na região e a quase impossibilidade total de concretização do projeto desses trabalhadores.

VIII - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação do chamado "Morro Pelado", assim como também aquela de Pequiá, representa um dos inúmeros ^(de "desapropriação por utilidade pública") desapropriações por utilidade pública, em que o Estado pode remanejar contingentes populacionais, sejam do tamanho que forem, para construção de obras públicas. O Maranhão tem sido palco, nos últimos anos, de diversas desapropriações deste tipo, seja para a construção de obras ligadas ao Projeto Carajás, seja para a implantação de indústrias tais como a ALCOA, ou de Bases Espaciais, como a de Alcântara.

Em outros pontos do país, são conhecidas as danosas consequências para os camponeses da construção de barragens, tais como a de Sobradinho, Itaipu, Passo Real e, agora, Itaparica, entre outras.

Ambos os grupos de trabalhadores, os de Pequiá e os do "Morro Pelado", são vítimas, portanto, da mesma política, como se verá a seguir.

No primeiro caso, a expropriação ainda não se consumou, embora os camponeses já venham sofrendo suas consequências. Enquadrados em uma situação fundiária que propicia a concentração da terra em mãos dos grandes proprietários, as famílias já vinham tendo dificultado o acesso ao meio de produção.

No caso das famílias de trabalhadores da periferia de São Luís - camponeses e pescadores - a expropriação já atingiu sua etapa final apartando-os definitivamente da terra.

Ocorre que o instrumento de "desapropriação por interesse social" que poderia ser acionado pelo Estado, nestes casos, para relocação das famílias atingidas, nunca o é. Ou seja, o Estado que desapropria por "utilidade pública" para construção de obras que seriam de interesse coletivo, não desapropria outras áreas, com antecedência, por "interesse social", de modo a relocar a população.

Mesmo sem questionar o alegado interesse público que tais obras (ferrovias, barragens, indústrias, bases espaciais) deveriam atender, fica claro que, de acordo com esta política, não há preocupação com o destino das famílias atingidas.

O Estado não procura, senão melhorar, ao menos repor as condições de vida anteriores da população.

O processo de indenização, nesses casos, nada mais é que um mascaramento do verdadeiro genocídio praticado, em que milhares e milhares de pequenos produtores diretos são transformados em desempregados, marginais urbanos, pais de família cujos filhos nunca mais poderão residir e se alimentar adequadamente e que, portanto, adoecerão e morrerão precocemente.

É dentro deste quadro de reflexões que o caso das famílias moradoras do "Morro Pelado" deve ser analisado.

O arremedo de assentamento ali realizado pela Cia Vale do Rio Doce não consegue nem mesmo mascarar a violência do processo de "desapropriação por utilidade pública", e sim explicita-a com toda a clareza. Basta analisar os depoimentos das famílias sobre as condições de vida anteriores e atuais para comprovar isto.

É ainda dentro desta linha de análise que deve ser compreendido o esforço das famílias para recuperar minimamente suas condições de vida anteriores, buscando terra para cultivar. E estão buscando onde, dentro de sua lógica de interpretação da ação do Estado, deveriam buscá-la: às margens da nova ferrovia, para poder escoar sua produção. Só que a ferrovia atravessa uma das regiões mais conflituosas do país, no Pará e no Maranhão, restando-lhes pouquíssimas chances de aí se situarem como produtores independentes.